

JUSTIFICATIVA

A violência contra a mulher atinge níveis estarrecedores, sendo a falta de informação de como denunciar um grande obstáculo para sua diminuição.

Segundo Dados do Mapa da Violência 2012, entre 1980 e 2010, foram assassinadas quase 91 mil mulheres no Brasil, sendo 43,5 mil entre 2000-2010. Conforme dados da OMS, nossa taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, em 2013, nos coloca na 5ª posição internacional, entre 83 países do mundo.

Os dados referentes à violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul são alarmantes: em 2018, foram 37.623 ameaças, 21.815 estupros, e 472 feminicídios – 117 consumados. Em 2016, foi o estado campeão de medidas protetivas em caráter de urgência concedidas, e de inquéritos de violência doméstica.

O Ligue 180, criado em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), tem o objetivo de ser canal direito de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo país, abrangendo o país com serviços públicos interligados. Em 2014, tornou-se disque-denúncia, através do envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado.

Além de denúncias de violência, o canal também funciona para informações sobre os direitos das mulheres. No ano de 2018, até agosto, foram recebidas 73 mil denúncias, e no período de 2006-2012, foram realizados 2,7 milhões de atendimentos, sendo 329,5 mil relatos de violência contra a mulher enquadrados na lei Maria da Penha. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, divulgados em 2012.

Apesar do grande número de ligações, apesar de funcionar 24 horas por dia e sete dias por semana, o alcance do Disque 180 ainda é insuficiente. De acordo com a pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado”, o Brasil tem a estimativa de cinco mulheres espalhadas a cada 2 minutos, mas apenas em 4% dos casos as vítimas recorrem aos serviços prestados pela Central de Atendimento à Mulher.

O presente projeto tem como finalidade tornar tal serviço ofertado pelo Estado ainda mais conhecido, através de intensa divulgação e, consequentemente, mais utilizado pelas mulheres vítimas de violência de gênero.

Projeto semelhante foi apresentado na Câmara Municipal de São Paulo pela Vereadora Sânia Bomfim, do PSOL.

Sala de Sessões,

Deputado(a) Luciana Genro